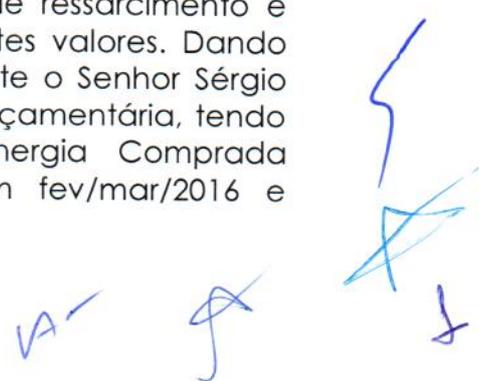
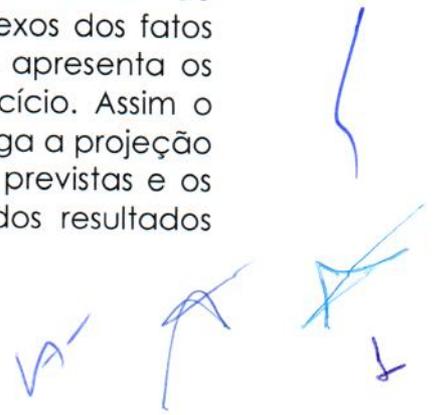


ATA DA 12ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA PIRAPORA ENERGIA S.A., REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2016.

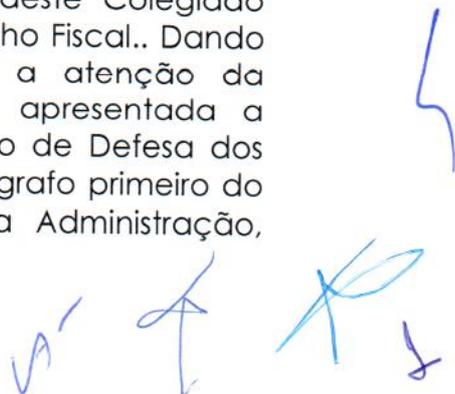
Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às 11 horas, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Membros do Conselho Fiscal da Pirapora Energia S/A, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Jean Cesare Negri – Diretor de Operação e Planejamento, o Senhor Sérgio Pinfildi – Gerente do Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas e o Senhor Paulo Roberto Lessi – Gerente do Departamento de Auditoria Interna e que responde pela Coordenação no atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para a seguinte pauta: **1)** Informações sobre a situação atual da Usina Pirapora; **2)** Demonstrações Contábeis do segundo trimestre de 2016 e **3)** Apreciação e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015. Iniciada a reunião, para o **item 1** o Senhor Jean informou que foi realizada a visita técnica a fábrica da empresa Franco Tosi na Itália, a qual irá fabricar as pás sob a supervisão do Consórcio, estando assim essa questão técnica superada. Informou também que será definida a forma que a Franco Tosi fará parte deste processo, podendo ser incluída como integrante das empresas do Consórcio ou mesmo contratada por esse, devendo ser assinado um aditivo ao contrato do Consórcio até 20 de agosto. Será iniciada a solução provisória para a retomada temporária da operação – previsão setembro/16, e contará com o auxílio da Franco Tosi, além de serviços de sondagens de solo para concluir a solução do Talude e de inspeções de ordem civil no Túnel de adução. Informou ainda que não há comprometimento das estruturas elétrica e mecânica e concluiu sua participação na reunião. Os Conselheiros solicitaram informações sobre como está sendo o acompanhamento dos custos adicionais para a recuperação da usina, quais os montantes envolvidos, qual a expectativa e segurança de ressarcimento e qual a estratégia para a futura cobrança destes valores. Dando sequência, para o **item 2** da pauta, inicialmente o Senhor Sérgio informou sobre o Orçamento e a Realização Orçamentária, tendo como premissas do Fluxo de Caixa a Energia Comprada considerando os valores das liquidações em fev/mar/2016 e



previsão de compra de energia devido a parada das unidades UG1 (08/2016) e UG2 (02/2017). Caso a UG1 não entre em operação até junho/2016 será acrescido aprox. R\$ 500 mil até Dez/2016. A redução dos Custos de Operação relativos ao contrato de prestação de serviços com a Emae, a partir de junho/2016. O pagamento de dividendos, em novembro/2016. A tabela de Investimento foi ajustada em função dos prazos licitatórios, em conjunto com a área de Suprimentos. Desta forma, o *Acumulado até Junho/2016* apresenta o *Total de Entradas* como *Orçado* em R\$15,6 milhões e *Real* de R\$14,9 milhões. Já o *Total de Saídas* tendo como *Orçado* R\$6,6 milhões e *Real* de R\$6,1 milhões. Assim, o *Caixa Final* ficou *Orçado* em R\$4,6 milhões e *Realizado* em R\$11,7 milhões. Principal aspecto foi a *não realização* do Mútuo com a Emae *Orçado* em R\$7 milhões. Passando para a *Demonstração de Resultados* a *Receita Operacional Líquida* foi *Realizada* em R\$14,4 milhões frente *Orçada* de R\$15,1 milhões. Um *EBTDA* de R\$9,3 milhões contra *Orçado* em R\$12 milhões. Assim, o período *Acumulado até Junho/2016* fechou com *Lucro Líquido* de R\$3,1 milhões estando *Orçado* em R\$7,1 milhões. Passando às informações do *Orçamento*, os *Recursos Realizados* foram de R\$15,3 milhões frente ao *Aprovado* de R\$16,1 milhões influenciados basicamente pelo maior *Faturamento* de Energia Elétrica e pela *não realização* do Contrato de Mútuo com a Emae. Já as *Aplicações* fecharam em R\$13,1 milhões contra R\$21,4 milhões *Aprovados*, influenciadas basicamente pelo menor *Investimento*, aumento da *Energia Comprada (Liquidação)* por ajustes da GSF pela CCEE, aumento do *Serviço da Dívida* e a *não realização* do Mútuo com Emae. Assim, o *Saldo de Caixa* ficou em R\$11,7 milhões frente ao *Aprovado* de R\$4 milhões. Feitos os esclarecimentos aos questionamentos dos Conselheiros o Senhor Sérgio concluiu sua apresentação e, nesta oportunidade, o Conselheiro Senhor Luiz Pacheco teceu comentário análogo ao já feito para as informações da Emae, comentando que esta forma de apresentação não permite o entendimento dos reflexos dos fatos atuais no resultado da empresa, uma vez que não apresenta os impactos – positivos ou negativos, no final do Exercício. Assim o Conselho solicitou que esse tipo de apresentação traga a projeção e expectativas dos resultados, as ações tomadas e previstas e os cenários prospectados com base nas oscilações dos resultados



mensais. Item 3 da pauta, ato contínuo, passando para as Demonstrações Financeiras do Exercício 2015, que já foram apresentadas pela Diretoria Financeira na reunião anterior, e para tratar especificamente da composição da DMPL, o Senhor Sérgio confirmou que ocorreu um erro material pelo registro de R\$11.689 mil na conta "Dividendo Adicional Proposto" enquanto o correto seria registrá-lo na conta "Reserva Especial", ambas no Grupo Patrimônio Líquido e sem causar, por consequência, qualquer reflexo na posição do Patrimônio Líquido contida nas Demonstrações Financeiras da Pirapora Energia. Ressaltou que em reunião realizada em 23 de março do corrente ano, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração a destinação do lucro da empresa nos seguintes termos: lucro líquido de R\$16.677 mil; distribuição do dividendo mínimo de R\$3.890 mil e a destinação de R\$11.689 para reservas de lucros, conforme consta devidamente registrado na respectiva Ata do colegiado, que passe a ser anexa a presente Ata. Ressaltou também que a KPMG Auditores Independentes se manifestou, verbalmente, pela não necessidade de reemissão das Demonstrações uma vez que não há alteração de Grupos de Contas. Registre-se a ausência de representantes da KPMG nesta reunião. Assim sendo, informou que a correção deste erro será pela reclassificação do lucro retido, no valor de R\$11.689 mil, para a conta "Reserva Especial" ainda no Exercício de 2016. Nesta oportunidade o Conselheiro Senhor João Vicente solicitou da Administração da Empresa uma manifestação formal que seja direcionada ao Presidente e respectivos membros do Conselho de Administração, e também aos Conselheiros Fiscais, cujo conteúdo relate o erro ocorrido bem como remeta ao compromisso de promover a devida correção com a reclassificação mencionada. Assim, os Conselheiros manifestaram suas opiniões e condições, com base no imediatamente acima descrito, tendo sido retirada de pauta a presente matéria, a qual deverá retornar na próxima reunião ordinária deste Colegiado para que possa ser emitido o Parecer do Conselho Fiscal.. Dando andamento, os Conselheiros Fiscais chamam a atenção da Administração para o fato de não ter sido apresentada a aprovação desta matéria ao CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, conforme é previsto no parágrafo primeiro do Artigo 6 do Estatuto Social, devendo assim, a Administração,



submeter à devida aprovação mesmo que *a posteriori* aos fatos. Neste sentido, os Conselheiros ainda recomendam a Administração que atue gestões junto ao citado órgão com objetivo de rever tal condição frente a sua real operacionalização e viabilidade. Registre-se que foi disponibilizado no site do Conselho Fiscal: i- Apresentação Fluxo de Caixa e DRE junho/2016, e ii- Carta CT/P/67-2016 Pesa-KPMG. Foi aprovado e texto e assinada a Ata da 11ª RCF. Nada mais havendo para ser tratado ou informado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Conselheiros presentes.



Alexandre Modonezi de Andrade



Fernanda Montenegro M. Rizek



João Vicente Amato Torres



Luiz Antonio Carvalho Pacheco



Tzung Shei Ue